



Sindicato Nacional do Ensino Superior

Nº 25 / Ano 6 Julho Especial 1995

# INFORMAÇÃO

## O Passado, o Presente e o Futuro

### O Passado

**Março 1993 e Maio de 1993** - Troca de correspondência e reunião com o Sr. Ministro da Educação, Engº Couto dos Santos, para revisão do ECDU e ECPDESP, sem seguimento por parte do ministério.

**Janeiro de 1994** - Começo da elaboração do caderno reivindicativo do SNESup.

**Maio 1994** - Divulgação da 1ª versão do **Contrato para o Futuro no SNESup Informação**.

**Outubro 1994** - Começo de reuniões bipartidas com o SPGL.

**21 Outubro 1994** - Após uma reunião do Conselho Nacional do SNESup, decidiu-se começar a mobilizar os delegados sindicais de Lisboa, o que mais tarde veio dar origem às CDI e à CI-U. O nosso colega Mário Leston Bandeira e as CDI puseram a circular um abaixo-assinado nacional que exigia a abertura de negociações entre o ME e os Sindicatos.

**Janeiro/Fevereiro 1995** - Quatro reuniões Plenárias em Lisboa, organizadas pelo SPGL e pelo SNESup (uma por cada Universidade e uma

para o Politécnico de Lisboa).

**Fevereiro 1995** - Publicação e distribuição nacional (cerca de 12.500 exemplares) do Caderno Reivindicativo do SNESup.

**24 Março 1995** - Aprovação da Plataforma Reivindicativa Comum num plenário em Lisboa que é enviada para o ME, com novo pedido de negociações.

**18 de Maio de 1995** - Reunião com a Sr.ª Ministra da Educação que solicitou que os Sindicatos apresentassem propostas de acordo com as suas prioridades. (Os sete membros dos três Sindicatos presentes SPGL, SINDEP e SNESup ouviram todos a mesma coisa e não costumam sofrer de alucinações colectivas).

**23 de Maio** - Entrega formal das propostas (entretanto enviadas para todos os sócios).

**20 de Junho** - A Senhora Ministra recebe os sindicatos e declara que não disse aquilo que tinha dito e que todos tinham ouvido. Recusa negociar qualquer das propostas apresentadas.

**21 de Junho** - É declarada greve em plenário previamente agendado.

**A partir daqui o diabo ficou à solta.**

## O que falhámos:

Comunicação e organização.

Não foi possível, em tempo útil, comunicar internamente. O SNESup informação esteve durante muito tempo adormecido, os colegas não reagiram a constantes “provocações” feitas pelo seu director (eu) no sentido de o dinamizarem, fazendo-nos chegar artigos de opinião ou denúncias de situações críticas. Vivemos numa paz podre. Naturalmente que sendo sempre os mesmos a fazer os textos a paciência também se vai e foi-se...

Não foi, portanto, possível fazer chegar a todos os nossos colegas a informação do que se estava a passar. Conseguimos estabelecer, através de FAX, uma ligação privilegiada com alguns colegas, mas não chega.

É preciso apelar uma vez mais a todos para que nos façam chegar artigos, mais ou menos bem escritos, com mais ou menos graça. Os nossos colegas merecem uma melhor informação e não é justo, (pensamos) que sejam sempre os mesmos a fazerem-na.

## O Presente

- *Os Reféns do ensino superior* deixaram de o ser. Ao permitirmos que as provas específicas fossem feitas, mas só quando quisemos, ganhámos o respeito da opinião pública e obrigámos a Sr<sup>a</sup>. Ministra a seguir a nossa estratégia sindical. A Comissão Nacional para as Provas Específicas foi obriga-

da a marcar essas provas no nosso período de não greve. Após o adiamento, tudo foi feito em ordem e em paz. Novo período de greve, novo adiamento...

- Apoio de uma grande maioria dos nossos colegas (alguns chegaram algo atrasados, mas mesmo assim ainda foram a tempo de nos acompanharem). Realizaram-se reuniões magnas, encontraram-se velhos companheiros, almoçámos e jantámos juntos, recomeçou-se o diálogo esquecido por força de estarmos encerrados em gabinetes, quando eles existem...

- Diálogo entre colegas e instituições, algumas delas rivais. Atenuou-se o fosso (cretino) entre a Universidade e o Politécnico...

- A comunicação social deu-se conta da situação. Conseguimos ser notícia de 1<sup>a</sup> página dos jornais, abertura das rádios e, espante-se, abertura simultânea na informação em directo em dois canais de televisão (dia 13 às 20.00). Esbateu-se a mensagem inicial dos 26% para se falar da qualidade do ensino superior, condições de trabalho e níveis remuneratórios. A quantidade de artigos de opinião foi de tal forma que jornais como o “O Público” tiveram de admitir que não tinham mais espaço para os publicar (13 de Julho)...

- O Conselho de Reitores, não gostou da forma como foi tratado na reunião de 10 de Julho pela Sr<sup>a</sup>. Ministra. O Professor Sérgio Machado dos Santos, em cuja Universidade a greve atingiu uma adesão mui-

tíssima elevada, apesar de as provas específicas terem decorrido “normalmente”, em virtude de uma mobilização “docentil”, veio a público fazer uma declaração violentíssima contra a “intransigência do Ministério da Educação” num tom jamais ouvido em Portugal. No dia 11 a Sr<sup>a</sup>. Ministra ficou mais só e nós mais acompanhados...

- Os estudantes do ensino superior demonstraram uma grande maturidade, não hostilizando esta greve, que nitidamente os prejudicava, (ao contrário do que sempre se disse, esta greve não foi exclusivamente para as provas específicas mas sim para todas as avaliações). Estranhamente, os estudantes sentem a degradação do Ensino Superior. E em vez de se solidarizarem com a Sr<sup>a</sup>. Ministra, pediram acções conjuntas com os docentes...

## O Futuro

Isto é o que está feito, muito há para fazer.

Parafrazeando uma imagem do colega Pedro Lourtie, até agora foi utilizada uma guerra convencional. Neste momento temos o apoio de todos (menos da Sr<sup>a</sup>. Ministra). Então há que mudar de estratégia. Há que iniciar uma nova forma de luta. Teremos de começar a utilizar, não guerra convencional, mas, guerra de guerrilha. A partir de Setembro temos de exigir o escrupuloso cumprimento dos Estatutos de Carreira do Uni-

versitário e do Politécnico.

Visto que publicamente assumimos não querer falar com a Sr<sup>a</sup>. Ministra, podemos receber o novo locatário da 5 de Outubro com um relatório detalhado sobre o que nos falta (e para isso podemos pedir a ajuda dos órgãos de gestão e das Associações de Estudantes) e sobre o que fazemos e que não devíamos fazer, em horas muito extraordinárias...

Já que nos pagam pouco, sejamos honestos e não trabalhemos mais do que aquilo que nos é exigido...

## Se quisermos, o futuro é nosso.

**Edgard Fortes**

### Pedido muito insistente

Gostaríamos de fazer uma história detalhada do nosso processo de luta. Pedimos que nos enviem todas as informações que considerem ser importantes:

Constituição das CDI (Comissões de Docentes e Investigadores);

Reuniões decisivas realizadas em cada escola;

Níveis de adesão à greve; Eventuais irregularidades cometidas;

Contacto fácil (Fax por favor).

Só conseguimos informar, se nos informarem primeiro.

**Teresa Almeida**

### Fundo de Greve

Para solicitar o reembolso, deve apresentar-se ao SNESup o recibo do ordenado, onde estejam discriminados, expressamente, os descontos realizados pela adesão à greve. Se tal não for possível, deve pedir-se uma declaração dos Serviços de Contabilidade, feita nos seguintes moldes:

Para ser presente ao Sindicato Nacional do Ensino Superior, declara-se que ..... (Nome), descontou ..... dias de greve, no valor de ....., acrescido de ....., referente a subsídio de refeição.

Lembra-se que o Sindicato só pode reembolsar os sócios, a partir do terceiro dia de greve.

#### *Resolução da Assembleia Nacional de Docentes e Investigadores (cont. pág. 4)*

processo negocial - CRUP, CCISP, Órgãos de Gestão, AEs. Sugere-se, entre outros, um pedido de audiência a Sua Excelência o Presidente da República;

- solicitar, após constituição do governo saído das eleições de Outubro, uma audiência com o responsável do sector se as nossas justas reivindicações não tiverem, entretanto, sido contempladas.

8. Os docentes declaram que não iniciarão o próximo ano lectivo sem que estejam criadas as condições necessárias para um ensino digno, pois não é mais possível procurar dar aparência de normalidade a um sistema em crise e em permanente ameaça de ruptura. Nesta acção, a preparar desde hoje em cada escola, os docentes procurarão a convergência com os estudantes, com os funcionários não docentes e com os órgãos de gestão.

9. A Assembleia manifesta-se finalmente a favor do início imediato da elaboração de um caderno reivindicativo comum de estudantes e docentes a apresentar ao futuro governo.

### SNESUP Informação adivinha o Futuro

O Editorial do SNESup Informação nº 23, de Novembro de 1994, começava com a seguinte frase:

"1994 foi um ano difícil para o Ensino Superior, mas talvez 1995 seja um ano negro para o Ministério da Educação".

A bem da Nação, agradece-se que o futuro ministro leia atentamente o nosso jornal.

**O Director (muito contente)**

# Resolução da Assembleia Nacional de Docentes e Investigadores

1. A Assembleia Nacional de Docentes e Investigadores e os Sindicatos subscritores da Plataforma Reivindicativa Comum, reunidos em Lisboa, a 13 de Julho de 1995, saúdam os colegas em greve em defesa da dignidade das suas carreiras e da qualidade do ensino superior público.

Súdam, ainda, os estudantes e as suas organizações representativas pela solidariedade e apoio manifestados, lamentando, mais uma vez, o transcurso causado pela intransigência da Senhora Ministra da Educação.

Congratulam-se, também, com a tomada de posição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

2. A resposta que a Senhora Ministra deu na carta enviada aos Sindicatos, após a expressiva demonstração de coesão e determinação dos docentes em apoio das suas reivindicações, que constituiu a greve às avaliações entre 30/6 e 7/7, mostra que continua apostada em provocar os docentes e em agravar a situação no ensino superior de que claramente pretende retirar dividendos eleitorais.

3. A Senhora Ministra demonstrou que não deseja um diálogo sério e que não hesita na utilização da hipocrisia para atingir os seus fins políticos. Não teve competência como Ministra da Educação cargo que, aliás, nunca desempenhou efectivamente, como se comprova pela recusa em dialogar com os Sindicatos, pelo completo vazio de medidas e pela contínua degradação de todo o sistema de ensino.

4. Por estas razões se declara a não aceitação da Dra. Manuela Ferreira Leite, a partir de agora, como interlocutora no actual conflito. Se este governo ainda existe e pretende resolver a actual crise no ensino superior, então exige-se a intervenção do Primeiro Ministro, a quem, aliás, já foi

endereçada, há uns dias, um pedido de audiência que até ao momento não obteve resposta.

5. A Assembleia e os Sindicatos, conscientes do expressivo apoio manifestado pelos docentes e investigadores, exigem uma nova política que permita erradicar as causas da degradação do Ensino Superior Público, o que, na prática, se traduz numa revalorização do Estatuto dos docentes e investigadores e na melhoria da qualidade do ensino.

6. Assim, a Assembleia decidiu prosseguir a greve às avaliações até ao dia 22 / 7, como forma de reafirmação da firmeza com que os docentes repudiam as atitudes da Sra. Ministra da Educação. O período de suspensão que se seguirá destina-se à resolução de situações críticas de avaliação.

7. A Assembleia mandata a Plataforma Reivindicativa Comum para:

- desenvolver as iniciativas e contactos necessários ao prosseguimento da luta e do

*Continua na pág. 3*

**SNESup Informação** (reg. 115784 DGCS)  
Ano 6/ Nº 25 - Julho especial 95

**Director: Edgard Fortes**

**Composição e Edição: SNESup Empresa**  
Jornalística nº 214568; Av. de Roma, 29-1-  
5. 1000 LISBOA; Tel. (01)7971284, (01)  
7971303 Fax. (01) 7954323.

**Colaboraram neste número: Teresa Almeida**